

RODRIGUES BARBOSA, MAC DOWELL DE FIGUEIREDO
GASPARIAN - ADVOGADOS

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES BARBOSA
SAMUEL MAC DOWELL DE FIGUEIREDO
TAÍS BORJA GASPARIAN
VIRGINIA VERIDIANA BARBOSA GARCIA
MÔNICA FILGUEIRAS DA SILVA GALVÃO
CAROLINA ARID ROSA BRANDÃO
ROBERTA BENITO DIAS
JAIME MAGALHÃES MACHADO JÚNIOR

STÉPHANIE GHIDINI LALIER
MARIA BEATRIZ BROCHADO COSTA
JULIANA ROMÃO FRANCESCHI
ANDREIA TELLES SILVA
LUANA TUKAMOTO
CARINA BRUNO LIMA
ANDRESSA TARDIN DE CAMARGO
THAMIRES FRANCO MACHADO
MAYARA CRISTINA AMARELLINHO
STEPHANIE FAGALI GUIDA
ANA LUISA BERTHO BARBOSA
JULIANA GOMES DE ARAUJO
PATRIK MATOS GONÇALVES

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal

Distribuição por prevenção à Ministra Rosa Weber, Relatora da ADI 6792

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO – ABRAJI (“ABRAJI”), entidade de classe de âmbito nacional, que congrega jornalistas do país, fundada em 2002, inscrita no CNPJ sob nº 05.723.989/0001-85, com sede em São Paulo, na Rua Barão de Itapetininga, nº 88, Sala 807, República, CEP 01042-903 (Doc. nº 1), vem, por suas advogadas abaixo assinadas (Doc. nº 2), especificamente constituída para este fim, propor a presente **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**, *com pedido de concessão de medida cautelar*, tendo por objeto a fixação de **interpretação conforme a Constituição** do (i) **art. 53, IV, a, da Lei 13.105/15** (Código de Processo Civil – Doc. nº 3), (ii) **art. 55, § 3º da Lei 13.105/15** (Código de Processo Civil), (iii) **art. 69, II e § 2º, VI, da Lei 13.105/15** (Código de Processo Civil) e (iv) **art. 4º, III, da Lei n. 9.099/1995** (Lei dos Juizados Especiais Cíveis - Doc. nº 4), por violação às liberdades de expressão, de imprensa e de informação, e aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e

da razoável duração do processo a que se referem os arts. 5º, IV, IX, XIV, LIV, LV, LXXVIII e 220, *caput* e §1º, 2º e 3º, da Constituição Federal, nos termos a seguir expostos:

I - OBJETO DA AÇÃO

1. A presente ação tem por objeto a fixação de interpretação conforme a Constituição Federal dos artigos **53**, IV, *a*; **55**, § 3º, **69**, II e § 2º, VI, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e do artigo **4º**, III, da Lei n. 9.099/1995. Tais dispositivos possuem a seguinte redação:

Lei 13.105/2015, Código de Processo Civil

“Art. 53. É competente o foro: (...) IV - do lugar do ato ou fato para a ação: a) de reparação de dano(...)”

“Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. (...) § 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.”

Art. 69. O pedido de cooperação jurisdicional deve ser prontamente atendido, prescinde de forma específica e pode ser executado como (...) II - reunião ou apensamento de processos; (...) § 2º Os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir, além de outros, no estabelecimento de procedimento para (...) VI - a centralização de processos repetitivos;

Lei 9.099/1995, Juizado Especial Cível

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro (...) III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

2. Os artigos **53**, IV, a, **55**, §3º, **69**, II e §2º, VI, do Código de Processo Civil e o artigo **4º**, III, da Lei n. 9.099/1995, invocados acima, facultam ao autor escolher o foro em que será proposta uma ação – o que sob diversos ângulos favorece o acesso à Justiça. Essa faculdade, contudo, tem sido utilizada para finalidades abusivas, mediante o mau uso do direito de petição. Os artigos **55**, § 3º, **69**, II e §2º, VI, também do Código de Processo Civil, por sua vez, admitem a reunião e centralização de processos, mesmo em casos em que não haja conexão, mediante motivo relevante e proximidade que justifiquem o processamento conjunto. Importa aqui que a tais artigos também seja conferida interpretação conforme a Constituição para que os processos em que se verificar a ocorrência de abuso de ação sejam homogeneamente resolvidos, resguardando-se as garantias constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da razoável duração do processo, bem como a liberdade de imprensa, comunicação e expressão do pensamento (CF, arts. 5º, IV, IX, XIV, LIV, LV, LXXVIII, e 220, *caput* e §1º, 2º e 3º).

3. Já há alguns anos que o país enfrenta ataques à liberdade de expressão e à imprensa mediante a instrumentalização do Poder Judiciário e o exercício abusivo do direito de ação¹. A pretexto de exercer um direito e usando prerrogativas que lhes são asseguradas, como a **escolha do foro em que será proposta a ação**, pessoas têm desbordado do exercício regular para o abusivo, com o intuito de prejudicar e constranger. De modo coordenado entre si, dezenas ou até

¹ Há diversos exemplos. Para citar os que tiveram maior repercussão: há pouco mais de dez anos, a jornalista Elvira Lobato foi processada por mais de cem pessoas em diversas cidades do país e ainda no âmbito do Juizado Especial, que, até, então, exigia a presença física de autor e réu em audiência de conciliação. Em 2020, o escritor João Paulo Cuenca foi alvo de mais de 150 processos. No mesmo ano, Ricardo Sennes também foi vítima, com mais de 90 processos movidos por pessoas que se disseram ofendidas com a análise que ele fez em um telejornal. Há anos, os jornais A Tarde, da Bahia, e o Extra, do Rio de Janeiro, sofreram ataques similares. Rita Lee foi outra vítima, processada por cerca de 50 pessoas em Sergipe. O jornal Gazeta do Povo, do Paraná, sofreu assédio judicial por parte de diversos funcionários públicos, que não se conformaram com uma reportagem em que suas remunerações foram divulgadas. Vf. reportagem do site do CONJUR a respeito do assunto, em <https://www.conjur.com.br/2016-jun-16/abraji-denunciara-cnj-assedio-judicial-jornal-parana>, acessado em 03.062019.

centenas de pessoas propõem ações indenizatórias no foro de seu próprio domicílio, de modo a causar um dano ao réu. Como característica, verifica-se, nesses casos, que as ações são fundadas nos mesmos fatos - especialmente em manifestações de pensamento ou opinião expressas pelo réu, geralmente no exercício da atividade jornalística - e os autores não estão preocupados propriamente com o resultado dos processos que movem, mas com o efeito que a enxurrada de ações causa no réu. Essa prática tem sido chamada, no país, de *assédio judicial* e se caracteriza quando uma pessoa ou uma causa se torna alvo de um grande número de processos, em um curto espaço de tempo.

4. A liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação (arts. 5º, IV, IX, XIV, e 220, *caput* e §1º, 2º e 3º da Constituição Federal) constituem fundamentos centrais da democracia brasileira, alcançando a posição de **primazia prima facie** segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal². Significa dizer que essas liberdades devem ser exercidas sem qualquer obstrução ou censura, em virtude da relação de mútua dependência com o Estado de Direito³. O **objeto desta ação envolve diretamente esses preceitos constitucionais**. A **assimetria** das forças envolvidas no assédio judicial, favorecida pelos dispositivos legais já mencionados, é de tal monta que ameaça os princípios referidos, não apenas no que se refere ao direito individual de manifestar opiniões em respeito à liberdade de expressão, mas sobretudo no direito difuso da liberdade de informação.

² Vf. Rcl 22.328/RJ, Ministro Relator Roberto Barroso, d.j, 06.03.2018; Rcl 47212, Ministro Relator Roberto Barroso, d.j, 20.09.2021; Recurso Extraordinário 685.493/SP, Ministro Relator Marco Aurélio, d.j. 22.05.2020; ADPF 130/DF, Ministro Relator Ayres Britto, d.j. 30.04.2009; ADI 4815/DF, Ministra Relatora Cármen Lúcia, d.j. 10.06.2015; RE 1.010.606/RJ, Ministro Relator Dias Toffoli, d.j. 11.02.2021.

³ Nesse sentido, vf. trecho do voto do Ministro Ayres Britto na ADPF 130: “A uma atividade que já era livre” (incisos IV e IX do art. 5º), a Constituição Federal acrescentou o qualificativo de “plena” (§ 1º do art. 220). Liberdade plena que, repelente de qualquer censura prévia, diz respeito à essência mesma do jornalismo (o chamado “núcleo duro” da atividade). Assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação *lato sensu*, sem o que não se tem o desembaraçado trânsito das ideias e opiniões, tanto quanto da informação e da criação”.

5. No **parecer** (Doc. nº 5) que produziu especificamente para esta ação, o jornalista e professor titular da ECA-USP, **Eugênio Bucci**, alerta para o fato de que o assédio judicial “*inverte de forma selvagem princípios éticos e jurídicos para deliberadamente sabotar a realização da Justiça e obstruir os ideais democráticos (...) Sua finalidade (...) não é buscar a Justiça, mas sequestrar as energias do sistema de Justiça para perseguir pessoas que se dedicam a apurar a verdade factual, tão indispensável à política civilizada. O assédio judicial transforma a mera tramitação de ações simultâneas em punição prévia – indevida e inaceitável - de jornalistas e conspira contra o direito à informação do cidadão e contra a atividade ética, legal e constitucional daquele que trabalha para informar a sociedade*”⁴.

6. O que se pretende, com esta ação, como sugeriu a Ministra Nancy Andrighi ao relatoriar o Recurso Especial⁵ em que se enfrentou o tema, é “*repensar o processo à luz dos mais basilares cânones do próprio direito, não para frustrar o regular exercício dos direitos fundamentais pelo litigante sério e probo, mas para refrear aqueles que abusam dos direitos fundamentais por mero capricho, por espírito emulativo, por dolo ou que, em ações ou incidentes temerários, veiculem pretensões ou defesas frívolas, aptas a tornar o processo um simulacro de processo*”.

7. **Não existe, no ordenamento jurídico, previsão que atenda a essa situação.** Não se trata, por óbvio, de impedir ou dificultar o acesso à Justiça mas, como se verá no desenvolvimento desta petição inicial, de encontrar um ponto de equilíbrio entre o direito de ação ou de petição e as garantias do devido processo legal, de modo a evitar a pulverização dos processos pelo país quando caracterizado o assédio judicial.

⁴ Cf. PARECER, pág. 2.

⁵ REsp nº 1.817.845

8. Em **parecer** (Doc. nº 6) redigido especialmente para esta Ação Direta de Inconstitucionalidade, o jurista **Cassio Scarpinella Bueno**, com a tenacidade que lhe é característica, defende que este Supremo Tribunal crie condições de efetivo “*gerenciamento*” daqueles processos em que o intento maior – e dissonante dos preceitos constitucionais e legais - é o “*de criar algum tipo de empecilho, quiçá, inviabilizar o acesso de direitos processuais, mas, mais amplamente, os próprios direitos materiais de liberdade, de informação e de imprensa*”⁶.

9. Importa dizer desde logo que os pedidos sustentados nesta ação têm inspiração em **técnicas já existentes no sistema processual civil** de combate às situações em que características do assédio se mostram presentes, tal como nos casos de pulverização de demandas idênticas, o que foi enfrentado na Lei 4.717/56 (Lei da Ação Popular); na Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e na recentíssima alteração procedida na Lei de Improbidade.

10. Nesse sentido é que se torna imperioso que seja estabelecida interpretação conforme a Constituição ao artigo 53, IV, a, do Código de Processo Civil e ao artigo 4º, III, da Lei n. 9.099/1995, para afastar, nos casos em que configurado o abusivo exercício do direito de ação, a incidência das normas que possibilitam a escolha do foro do lugar do ato ou do fato, para as demandas que visam à reparação de danos decorrentes do exercício da manifestação do pensamento e crítica, especialmente quando exercido através de veículo de comunicação ou imprensa, de modo a que seja estabelecida a competência territorial do órgão jurisdicional do domicílio do réu. **Nestas hipóteses, a competência para processamento e julgamento dessas demandas seguiria, necessariamente, a regra do artigo 46 do CPC, segundo o qual a “ação fundada em direito pessoal (...) será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu”.**

⁶ Cf. PARECER, pág. 23.

11. É também necessária a conferência de interpretação conforme à Constituição aos artigos **55**, §3º, **69**, II e §2º, VI, do Código de Processo Civil, para impor a (i) **prevenção do juízo do domicílio do réu para o processamento e julgamento dessas demandas** e a (ii) **centralização de processos repetitivos, perante um mesmo Juízo, em razão do dever de cooperação recíproca dos integrantes do Poder Judiciário, naquelas situações em que restar configurado o assédio judicial**. É esse o objetivo desta ação.

12. O **parecer** trazido com esta ação, da lavra de **Eugênio Bucci**, fundamentado em argumentos de ordem filosófica e ética, discorre sobre o papel da imprensa na atualidade e a importância da liberdade de informação nas sociedades modernas. O autor também analisa os efeitos do assédio sofrido por jornalistas que, *“sufocados por avalanche de ações simultâneas, não têm como sequer comparecer a tantas audiências, agendadas ao mesmo tempo em localidades separadas por centenas ou mesmo milhares de quilômetros”*.

13. O **parecer** de autoria do jurista **Cassio Scarpinella Bueno**, por sua vez, de caráter eminentemente técnico-processual demonstra, com firmeza, a viabilidade de o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, dar interpretação conforme aos dispositivos do CPC e da Lei n. 9.099/1995, de forma a evitar que o assédio judicial **“possa colocar em risco o exercício do inafastável direito à ampla defesa, sem prejuízo de tornar também a gestão de múltiplos processos destinados à apuração de um mesmo fato mais eficiente e racional para o próprio Poder Judiciário”**.

14. Com tais pareceres, a ABRAJI traz, ao conhecimento desta Corte, argumentos de caráter filosófico, ético e técnico jurídico que

poderão, sem prejuízo do notável e inquestionável saber dos seus integrantes, contribuir para a decisão a ser proferida.

II – DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO À MINISTRA ROSA WEBER, RELATORA DA ADI 6792

15. Esta ADI deve ser encaminhada, por prevenção, à Exma. Ministra Rosa Weber por conta da prévia distribuição da ADI 6.972, na qual a Associação Brasileira de Imprensa - ABI postula a decretação de inconstitucionalidade de diversos dispositivos do Código Civil e do Código de Processo Civil, dentre os quais do art. 53, IV, *a*, do CPC, dispositivo este também impugnado na presente ação.

16. As razões que dão lastro à postulação da ADI 6.972 e desta ação constitucional também são muito similares, se não idênticas, de vez que se voltam, ambas, contra o **mau uso** do direito de ação e contra o **uso abusivo de prerrogativas que visam resguardar o direito de petição**, especialmente quando tais condutas têm por objetivo cercear o livre fluxo da informação e a liberdade de imprensa – justamente o oposto do que a Constituição Federal assegura de forma tão veemente em diversos dos seus dispositivos.

17. É evidente, assim, a conexão entre as ações constitucionais, tendo em vista que em ambas se discute a interpretação conforme a Constituição do artigo 53 do Código de Processo Civil, com coincidência parcial de objeto e por fundamentos jurídicos bastante similares. Nos termos dos arts. 69 e 77-B do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal, esta ação deve, então, ser distribuída, por prevenção, à Ministra Relatora da ADI nº 6.972.

III - LEGITIMIDADE DA ABRAJI

18. Nos termos da Constituição Federal e da Lei 9.868/1999, a ABRAJI é parte legítima para propor esta Ação Direta de Inconstitucionalidade na qualidade de entidade de classe de âmbito nacional.

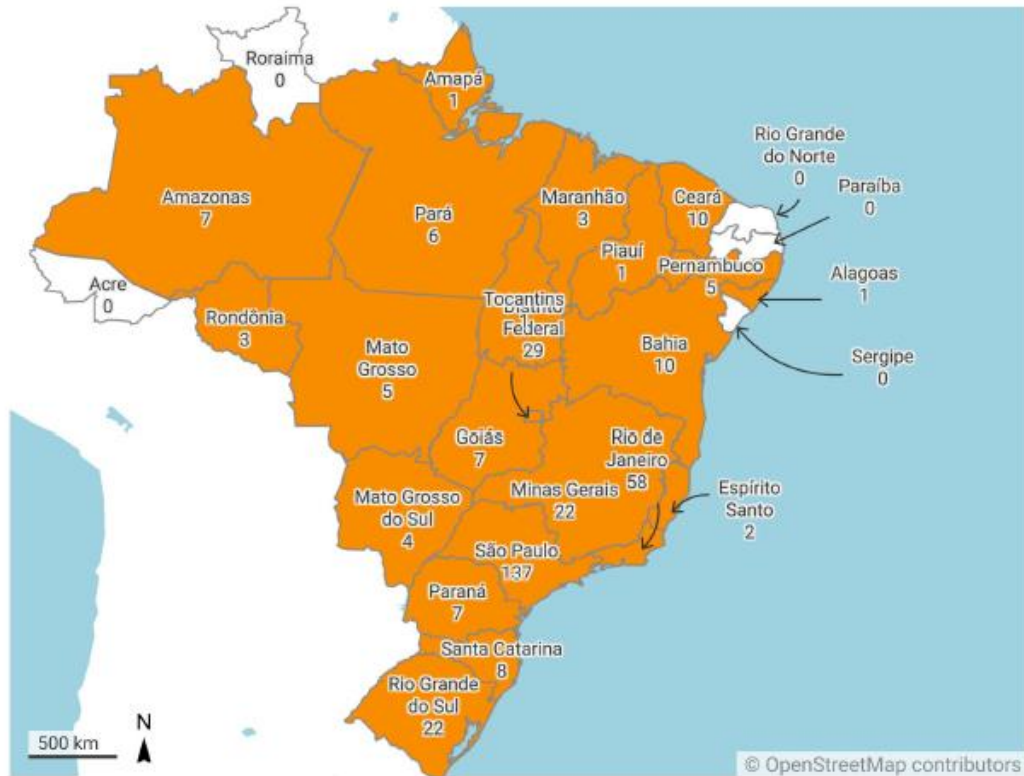
19. Para além do requisito legal, esta Corte exige (i) que a entidade represente a categoria em sua totalidade, o que se demonstra pela presença efetiva de associados em, pelo menos, 9 (nove) estados da Federação; (ii) que haja homogeneidade entre os associados da entidade; e que (iii) haja pertinência temática entre os objetivos institucionais/estatutários da entidade e o objeto da ação.

20. A ABRAJI cumpre todos os requisitos.

21. Com relação à representatividade, a ABRAJI conta com 356 associados no país, com representação na maior parte dos estados da federação, conforme se verifica do mapa ilustrativo abaixo e lista de associados anexa (Doc. nº 7).

Mapa de sócios da Abraji

Número por Estado de associados com status "pago e aprovado"



Mapa: Abraji • Fonte: Abraji • Criado com Datawrapper

22. Os membros da diretoria, eleita para o biênio 2020-2021, integram as equipes de repórteres de diversos e influentes veículos de comunicação brasileiros, tais como a TV Globo, os jornais Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo e Correio (BA) e os portais UOL e Metrôpoles, etc. Outros, ainda, são docentes de destacadas instituições de ensino, como a UFC e o Insper. Os diretores e diretoras também representam a dimensão geográfica da ABRAJI, afinal os 11 (onze) membros eleitos e os 3 (três) conselheiros fiscais têm domicílio em 7 (sete) diferentes unidades federativas (Doc. nº 8). Isso também se constata da análise do perfil dos membros eleitos para o biênio 2022-2023 (Doc. nº 9)

23. Daniel Amorim Assumpção Neves destaca que este Supremo Tribunal tem entendido que entidades assumem a condição “de classe” quando seus filiados estão vinculados entre si pelo exercício da mesma atividade econômica ou profissional, havendo assim uma **homogeneidade** de interesses.

24. Esse é o caso da ABRAJI, de vez que seu rol de associados é composto unicamente de jornalistas, professores de jornalismo e estudantes de jornalismo.

25. O objeto da ADI também atende à exigência de pertinência temática, da forma como estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. Um dos pilares de atuação da ABRAJI é a defesa da liberdade de expressão, conforme se verifica de seu estatuto, o que faz mediante o desenvolvimento de ações para proteção do jornalismo. Tal atividade se encontra ameaçada pelo uso abusivo do direito de ação, com o objetivo de causar embaraço à livre expressão e à atividade jornalística.

26. Assim, é evidente a legitimidade da entidade requerente.

MÉRITO

IV – INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO AO ARTIGO 53, IV, A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E AO ARTIGO 4º, III, DA LEI N. 9.099/1995

IV. 1 – O assédio judicial

27. Ao analisar uma situação de assédio judicial, o Superior Tribunal de Justiça⁷, por ocasião do julgamento do Recurso Especial já acima mencionado, definiu-o como um “*ardil*”, prática camuflada e obscura em que “*o chicaneiro nunca se apresenta como tal, mas, ao revés, age alegadamente sob o manto dos princípios mais caros, como o acesso à justiça, o devido processo legal e a ampla defesa, para cometer e ocultar as suas vilezas. O abuso se configura não pelo que se revela, mas pelo que se esconde*”.

28. Esse ataque pode ocorrer de diversas maneiras, o que não se pretende esgotar na presente demanda. Uma das formas mais comuns de assédio parte da coordenação de um grupo específico, ou mediante a união de pessoas com posicionamentos similares contra um mesmo alvo. Nestes casos, que se pretende enfrentar, **a característica comum e mais perniciosa** está na possibilidade de o réu ser processado **a partir das mais diversas localidades do país**, em ação que se assemelha a uma guerrilha, devido à multiplicidade de pontos de ataque e à consequência psicológica que causa. O assédio judicial, nestes casos, se **evidencia** mediante a **pulverização da distribuição de diversas ações, muitas vezes em todo o país**, com a imposição de enormes custos financeiros às vítimas, além, obviamente, da ameaça de eventual condenação. Na maior parte das vezes, o fim almejado pelos autores é a produção, sobre o réu, do chamado *chilling effect*, ou seja, efeito inibidor, em que os autores buscam impor ao réu o temor de manifestar-se a respeito de determinados assuntos – uma mordada ou censura, velada.

29. A mera tramitação de dezenas ou centenas de ações simultâneas impõe uma punição ao réu. Ainda que pretenda questionar a escolha do órgão jurisdicional feita pelos autores das ações, pelos meios processualmente previstos, o réu– especialmente no procedimento dos juizados especiais - necessita

⁷ Cf. REsp nº 1.817.845.

comparecer perante cada uma das jurisdições que determinou sua citação. Só isso já revela o gravame que lhe é imposto nessa conjuntura. Essa é a situação a que é submetido o réu quando citado para centenas de ações distribuídas nos mais diversos órgãos jurisdicionais em razão do malicioso uso do artigo 53, IV, a, do CPC ou do artigo 4º, III, da Lei n. 9.099/1995. Fato é que **a possibilidade da escolha do foro pelo autor** (local do ato ou fato ou seu domicílio), **que é facultada por esses dispositivos, obviamente não pode ser utilizada de forma abusiva e ilegal** – o que se busca coibir com esta demanda.

30. É importante destacar que a Lei 9.099/1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis, em diversos casos tem servido de meio para a prática ilegal aqui relatada, em evidente subversão da *ratio* que justificou a sua promulgação. É sobretudo perante os Juizados Especiais que as ações que configuram o assédio judicial são propostas. Certamente a escolha se dá porque o procedimento previsto na lei contém regras que acabam por privilegiar a celeridade, a oralidade e a economia processual, além de garantir a isenção do pagamento de custas e honorários em primeira instância. Essas regras foram idealizadas pelo legislador como modo de favorecer o acesso à Justiça ao hipossuficiente, mas têm sido usadas como meio de causar desordem e transtorno, especialmente no que se refere à faculdade de escolha do foro.

31. O abuso do direito de ação, nos casos de assédio judicial, além de fazer mau uso dos Juizados Especiais Cíveis, em regra tem a finalidade **específica de inibir a atividade da imprensa ou cercear a liberdade de expressão**. A prática não é desconhecida e já foi identificada pelo Superior Tribunal de Justiça⁸ e por este Supremo Tribunal Federal⁹ em mais de uma oportunidade. Vale

⁸ Cf. REsp nº 1.817.845.

⁹ Rcl 23.899/PR e ADPF 130.

lembrar que a **ADPF 130**, que declarou a não recepção da Lei de Imprensa pela Constituição Federal, teve por origem o **episódio de assédio de que foi vítima a repórter Elvira Lobato em 2008**¹⁰. Foi a partir da constatação do “abuso processual” ocorrido nesse caso específico, que o PDT propôs a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental cujo julgamento proporcionou o assentamento, perante esse Supremo Tribunal Federal, de farta jurisprudência que propugna pelo **exercício livre e pleno da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão e manifestação do pensamento**.

32. Cabe um parêntesis, aqui, para relatar esse caso envolvendo a jornalista Elvira Lobato, que é o mais notório caso de assédio judicial no país. Por conta de uma reportagem, divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo, mais de 100 pessoas ingressaram com processos perante o Juizado Especial Cível, nos locais mais longínquos do país. Nenhum dos processos teve trâmite nas capitais dos estados (ao contrário, foram propostos em localidades que distavam, pelo menos, 300/400 km da capital mais próxima para dificultar o acesso ao fórum local). Ademais, todos eles foram propostos quase que simultaneamente, revelando a existência de um comando por trás da aparente legitimidade de sua propositura. Um ingrediente que evidenciou, com toda clareza, essa **orquestração**, foi a redação dos pedidos judiciais. Embora essa centena de pessoas morasse em lugares distintos e muito distantes umas das outras, as palavras mediante as quais diziam ter sido ofendidas por conta da reportagem eram as mesmas. Os fundamentos dos pedidos, as argumentações e a jurisprudência citada eram idênticas. E como os processos foram propostos quase ao mesmo tempo, as audiências (na época, presenciais) também foram agendadas para datas próximas. Em algumas semanas, a jornalista deveria comparecer a mais de cinco dessas audiências - mais do que uma por dia útil, **nas cidades em que moravam os proponentes**. Como as localidades eram

¹⁰ Um documentário sobre a jornalista Elvira Lobato foi divulgado por ocasião da homenagem que recebeu da ABRAJI no 11º Congresso da entidade. No documentário há relatos da própria repórter, de amigos e colegas. Vf. em https://www.youtube.com/watch?v=n7y2_QNeunc, acessado em 20.05.2019.

diversas e distantes, o deslocamento, ainda que de avião, era impossível para uma única pessoa. E a ausência a algum desses atos poderia importar na perda da ação, em virtude da revelia que, bem se sabe, pode ser decretada pelo não comparecimento à audiência conciliatória, no âmbito dos Juizados Especiais. Não bastasse, o custo financeiro do conjunto desses processos, com a contratação de advogados, deslocamento aéreo e hospedagem, foi grande. O ônus pessoal, para além do financeiro, também. Ultrapassada a pior parte da situação, a jornalista deixou o jornal para o qual trabalhava e, por alguns anos, parou de exercer a profissão. Tratou-se de evidente intimidação, obviamente indevida, que produziu perversos efeitos.

33. Essa situação tem se repetido no decorrer do tempo. Diversos outros comunicadores, jornalistas e escritores têm sido atacados com uma enxurrada de ações, movidas perante os Juizados Especiais Cíveis, que evidentemente não se prestam ao objetivo declarado naquelas ações, mas pretendem coagir e intimidar o réu. A indevida instrumentalização do Poder Judiciário, no caso, é óbvia.

34. Imprescindível ressaltar mais um ingrediente dessa infame investida: o assédio não é prontamente identificável. Não é na primeira nem na segunda citação recebida que o réu notará que é alvo de um ataque orquestrado. O assédio é identificado apenas depois de decorrido algum tempo, quando se constata a pluralidade das ações. Como disse a Ministra Nancy Andrichi no RESP 1.817.845, *“o abuso se configura não pelo que se revela, mas pelo que se esconde”*. Muitas vezes pode ser desafiador para o réu, e conseqüentemente para o Judiciário, identificar o assédio judicial logo no início, quando as primeiras demandas são distribuídas. O réu, nessas situações, precisa alegar a mesma defesa perante vários Juízos até que seja constatada a situação de abuso. Quando isso ocorre, o dano ao comunicador já está causado.

35. Neste aspecto, Eugenio Bucci, em seu parecer¹¹, delinea algumas características definidoras do assédio judicial:

“Em primeiro lugar, há de se considerar a assimetria monstruosa entre, de um lado, a parte que, sob a desculpa de ter sido ofendida, massacra o jornalista com as táticas mal-intencionadas do assédio e, de outro lado, o próprio profissional da imprensa, que muitas vezes sequer dispõe de recursos próprios para pagar uma equipe de advogados que consiga acompanhar tramitações de ações em tantas comarcas diferentes. A desproporção de forças, por si só, já denota cruamente a injustiça perpetrada. As grandes organizações que atuam na base do assédio, detentoras de grande poder econômico e de longos e sinuosos tentáculos para exercer influência política, nada perdem com o emprego dessas táticas desleais pelas quais transformam o Judiciário num instrumento involuntário para agendas privadas de vendettas particulares. Elas apenas gastam algumas horas de seus advogados. Quanto ao jornalista, este tem todo o seu patrimônio posto em risco – inclusive o seu patrimônio moral, além de sua saúde psíquica e física.

Não é só o profissional que pode ser destruído por técnicas de assédio. Jornais e emissoras de pequeno ou médio porte, quando confrontados por demandas pecuniárias de vulto, patrocinadas por grandes escritórios, encaram a iminência de ter de fechar as portas por falta de recursos para quitar a folha de pagamentos. A disparidade de forças entre um lado e outro é gritante”.

36. Alguns doutrinadores¹² chamam o abuso do direito de petição de “*exercício disfuncional de posições jurídicas*”, para se referir à situação em que há evidente má-fé. Outros se referem a “*atos emulativos*”, como aqueles que não possuem utilidade alguma para o agente, **que somente os pratica para o fim de prejudicar um terceiro**¹³. De qualquer modo, como bem descreve o doutrinador

¹¹ Vf. Parecer, pág. 25.

¹² Verificar, a esse respeito, António Menezes Cordeiro, Litigância de Má-fé, Abuso do Direito de Ação e Culpa in Agendo, Almedina, 2016, pág. 89 e seguintes.

¹³ Rui Stoco, Tratado de Responsabilidade Civil, São Paulo, RT, 6ª. Ed., 2004, pág. 126 e seguintes. Verificar também art. 186 e 187 e art. 1228, parágrafo 2º do Código Civil.

português António Menezes Cordeiro¹⁴, “*não há, no abuso do direito, nem “abuso” nem, necessariamente, um “direito” subjetivo: apenas atuação humana estritamente conforme com as normas imediatamente aplicáveis, mas que, tudo visto, se apresenta ilícita por contrariedade ao sistema, na sua globalidade*”.

37. Ainda sobre o abuso do direito, Humberto Theodoro Jr. comenta que ele “*não se dá porque o titular não respeitou os limites internos de seu direito, porque aí, sim, estaria praticando ilegalidade simples, mas, sim, porque **abusou do exercício de uma faculdade que realmente lhe cabia**. Quando, pois, se cuida da figura do abuso de direito, o que se vê é a reação ao abuso de exercício do direito, ou melhor, o exercício lesivo*”¹⁵ (grifo original).

38. O fato é que no assédio judicial as ações são substancialmente **similares e desprovidas de fundamento**, sendo evidente que os autores agem de modo temerário e com a utilização do **Poder Judiciário para perseguir o réu, no mais das vezes, pela emissão de uma opinião, e inibi-lo de se manifestar sobre o assunto.**

39. Para esses casos, e de modo a ser **preservada a harmonia do sistema jurídico** de rigor seja **fixada a interpretação conforme a Constituição Federal** dos artigos de lei federal invocados, quais sejam, aqueles que dispõem **as regras de competência** (art. 53, IV, a, do Código de Processo Civil e o art. 4º, III, da Lei n. 9.099/1995), e aqueles que dispõem as **regras de prevenção** e as de **gerenciamento e racionalização dos processos** (art. 55, §3º, e art. 69, II e §2º, VI do Código de Processo Civil), tudo levando-se em consideração o **repúdio do sistema jurídico a toda forma de abuso e assédio**, e como forma de **resguardar os direitos à**

¹⁴ Cf. António Menezes Cordeiro, op. cit., pág. 89.

¹⁵ Humberto Theodoro Jr, Comentários ao novo Código Civil, vol. III, tomo II, 4ª ed., Editora |Forense, pág. 113.

livre expressão do pensamento e manifestação (arts. 5º, IV, IX, XIV, e 220, *caput* e §1º, 2º e 3º da Constituição Federal), o **devido processo legal** a **ampla defesa** e a **razoável duração do processo** (art. 5º LIV, LV e LXXVIII, da Constituição Federal).

40. A preservação da **harmonia do sistema jurídico** deve ser feita determinando-se que **a regra de competência aplicável às demandas que versem sobre o exercício da liberdade de expressão, em que haja elementos indicadores de abuso ou assédio, seja a do foro do domicílio do réu** (CPC, art. 46). **Além disso, conforme o artigo 55 do Código de Processo Civil, especialmente seu §3º, deve ser determinada a reunião de todos os processos que versem sobre o mesmo tema, ainda que não se caracterize a conexão, processando-se as demandas de forma conjunta perante o juízo prevento, que será, repita-se, o foro do domicílio do réu.**

IV. 2 - As regras de competência

41. Em razão de tudo quanto se discorreu sobre o abuso, especificamente no que se refere ao assédio judicial, é que a presente ação pretende que este Supremo Tribunal confira interpretação conforme a Constituição ao **artigo 53, IV, a, do Código de Processo Civil e ao artigo 4º, III, da Lei n. 9.099/1995** quando verificado o contexto abusivo. O primeiro dispositivo faculta ao autor da ação de reparação de dano que distribua o processo no “*lugar do ato ou fato*” ocorrido. O segundo, já no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, dispõe ser competente, para as ações de reparação de dano de qualquer natureza previstas na referida Lei, o Juizado do foro “*do domicílio do autor ou do local do ato ou fato*”.

42. O dispositivo da Lei dos Juizados Especiais Cíveis foi concebido, como de resto diversos outros, para atender ao hipossuficiente. As características do procedimento inaugurado nessa legislação, como a

celeridade, a oralidade, a economia processual e a isenção do pagamento de custas e verbas de sucumbência, visam permitir o amplo acesso à Justiça aos cidadãos com demandas de baixa complexidade e valor, favorecendo a parte mais vulnerável ou, como afirma o jurista Cassio Scarpinella Bueno, para “*viabilizar e otimizar um maior (e desejável) acesso à Justiça para aqueles que, presumivelmente, na perspectiva abstrata do legislador, são merecedores de maior proteção estatal*”¹⁶.

43. Cândido Rangel Dinamarco, ao tratar do art. 4º da Lei n. 9099/1995, deixa claro que o dispositivo visa facilitar a escolha da jurisdição mais adequada ao autor, de vez que “*ele fixa uma pluralidade de foros comuns, eletivamente concorrentes a critério do autor. (...) Foi intento da lei facilitar sobremaneira a escolha*”¹⁷.

44. Ocorre que tais regras têm possibilitado que veículos de imprensa, comunicadores e jornalistas sofram verdadeiros ataques que buscam coibir sua atuação e sua liberdade profissional, como narrado acima. De acordo com Cassio Scarpinella Bueno¹⁸, isso provavelmente acontece, no caso dos Juizados Especiais, em razão da lógica de concentração de atos processuais na audiência que caracteriza tal procedimento, em que o réu, “*demandado no foro escolhido, em última análise, pelo próprio autor (a começar pelo de seu domicílio), é citado para comparecimento a audiência de conciliação que, se não ocorrente, já lhe impõe o ônus de apresentar defesa, sem o que lhe é decretada a revelia, com a pressuposição de veracidade dos fatos alegados pelo autor (arts. 18, § 1º, e 20 da Lei n. 9.099/1995). Mas não só: eventual questionamento da competência, dá-se na própria contestação (art. 30 da Lei n. 9.099/1995) o que pressupõe, destarte, o atendimento à citação para*

¹⁶ PARECER, pág. 26

¹⁷ Cândido Rangel Dinamarco, *Manual dos Juizados Cíveis*, pág. 69.

¹⁸ Parecer, pág. 25.

comparecer em dia, hora e local previamente designados, ao sabor, em última análise, do autor do processo”¹⁹.

45. A subversão do conceito fica clara: aquela faculdade, prevista para facilitar o acesso à Justiça em favor do autor, é **utilizada para colocar o réu em posição de desvantagem processual**. Ainda como afirma Cassio Scarpinella, “*ocorre que, aquele direito, previsto em favor de um devido e amplo acesso à Justiça em favor do autor, não pode ser usado para atingir finalidades a ele estranhas como, por exemplo, promover a prática do chamado assédio processual, corporificada no abuso do direito de demandar querendo, em última análise, criar condições incrivelmente desvantajosas, eventualmente de impossível superação, inclusive do ponto de vista econômico, para que o réu exerça, a tempo e modo devidos, sua ampla defesa. Aqui também, a noção de direito e de seu devido e regular exercício é inequivocamente antitética a do seu abuso*”.

46. Não se pode fugir da conclusão de que a “*escolha do foro pelo autor, tal qual concebido pelo legislador — ainda que, na perspectiva abstrata, para favorecer e incentivar o acesso à Justiça — não pode ser empregado para fins indevidos. No contexto de assédio processual, o ajuizamento de diversas ações (no foro comum ou perante os Juizados Especiais) ao alvedrio dos autores tem como consequência inarredável a criação de um ônus difícilíssimo de ser superado pelo réu para o exercício de sua ampla defesa. Destarte, é importante interpretar o art. 53, IV, a, do CPC, e o art. 4º, III, da Lei n. 9.099/1995, no sentido de evitar que o foro competente deve ser o do réu naquelas situações em que houver multiplicidade de processos capaz de inviabilizar o exercício de sua ampla defesa*²⁰”.

¹⁹ Parecer, pág. 29

²⁰ Parecer, pág 24.

47. Os dispositivos aqui questionados, especialmente o art. 53, IV, a, do CPC, e o art. 4º, III, da Lei n. 9.099/1995 **não são adequados**, então, à promoção dos fins almejados, quando utilizados **para cercear a liberdade de expressão, de imprensa e de informação**, em flagrante violação aos princípios constitucionais insertos nos arts. 5º, IV, IX, XIV, e 220, *caput* e §1º, 2º e 3º da Constituição Federal. Ademais, quando verificada a postura abusiva, vê-se clara ofensa aos princípios do **devido processo legal** e da **ampla defesa** (art. 5º. LIV, LV e LXXVIII da CF). Como alerta Cassio Scarpinella, “*a interpretação e correlata aplicação da previsão do art. 4º da Lei n. 9.099/1995 — e, em especial, de seu inciso III, que trata especificamente das hipóteses em que se busca “reparação de dano de qualquer natureza” — que possa colocar o réu em posição de desmedida desvantagem processual, deve ser repudiada*”²¹, frente aos princípios constitucionais de liberdade de expressão, imprensa e informação, além da ampla defesa e do devido processo legal.

48. As previsões constitucionais relativas à ampla defesa e ao devido processo legal são as seguintes: “*LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*”; e “*LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes*” e “*LXXVIII- a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”.

49. A pluralidade de ações nas mais diversas localidades, que é característica do assédio judicial, provoca, de fato, uma dificuldade imensa de administração da defesa por parte do réu. O deslocamento para o comparecimento às audiências e a logística de gestão da carteira de processos, para citar alguns dos percalços, impõem ao réu uma desvantagem processual de difícil superação,

²¹ Parecer, pág. 26.

que **subverte o objetivo da regra** e, de maneira mais grave, **impede o exercício da ampla defesa** a tempo e modo necessários.

50. Como ressalta Eugênio Bucci, “*não são poucos os jornalistas que, diante de pressões tão compactas, decidem se afastar da profissão*”²². A aplicação dessas regras de competência, então, em processos de postura abusiva, representa também descumprimento do postulado de **proporcionalidade**. Para se defender desses processos, jornalistas e comunicadores têm um custo pessoal e financeiro altíssimo, que chega a inviabilizar a continuidade de sua atuação profissional, tal como pretendem os autores das ações.

51. Os **efeitos perversos** verificam-se não apenas nos próprios réus, mas também no **conjunto da sociedade**, que será privado de vozes críticas e necessárias. Há danos de todas as ordens, como fica claro: **à liberdade de expressão**, com a ofensa ao direito individual de expressar ideias e opiniões; **à liberdade de informação**, no que diz respeito ao direito subjetivo de receber informações; **à liberdade de imprensa**, que se refere aos direitos dos veículos de comunicação de exercerem sua atividade fim, vedada qualquer forma de censura; ao **devido processo legal** e à **ampla defesa**.

52. Ressalte-se uma vez mais o que já foi dito anteriormente: a requerente não pretende impor qualquer restrição ao inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal. O Direito de petição é inviolável, e assim deve permanecer.

53. Por tais motivos, Cassio Scarpinella expressa, de maneira enfática no parecer conferido à requerente desta ação, que nas

²² Parecer, pág. 25.

situações em que houver multiplicidade de processos capaz de inviabilizar o exercício da ampla defesa, as “luzes constitucionais do art. 5º, LIV, LV, e LXXVIII” deverão incidir “para afastar a interpretação de que a escolha do autor sobre o foro competente pode deixar de levar em conta o contexto em que a ação é ajuizada”²³. O artigo 53, IV, a, do CPC e o art. 4º, III, da Lei 9099/1995, devem ser interpretados no sentido de evitar que o foro competente seja o do domicílio do autor, nas situações em que houver elementos que indiquem a ocorrência de abuso, determinando-se, nestes casos, a competência do domicílio do réu para processar e julgar as demandas, de forma conjunta.

V - INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DOS ARTIGOS 55, §3º E 69, II E § 2º, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

V. 1 - O gerenciamento de processos (abusivos) na perspectiva da (indispensável) reunião de processos

54. No item 7 do parecer redigido para esta ação²⁴, Cássio Scarpinella traz o conceito de *gerenciamento* de processos que, segundo ele, já está claro na preocupação do legislador na redação do artigo 55 do Código de Processo Civil, quando houver a possibilidade de prolação de decisões conflitantes que comprometam a **racionalização** e a **eficiência** processuais.

55. A regra do §3º do artigo 55 do CPC, segundo o jurista, revela a preocupação do legislador com a **economia processual** e a **harmonia entre decisões**, ao determinar que “*mesmo diante da ausência das hipóteses de conexão e litispendência, a reunião de processos que versem sobre os mesmos fatos, ainda que a respeito deles não haja, propriamente conexão, é medida que se impõe*” para serem alcançados os objetivos de gerenciamento e racionalização da atividade

²³ Parecer, pág. 27.

²⁴ Parecer, pág. 27.

jurisdicional. O dispositivo é claro ao **admitir a conexão fora das hipóteses do caput do art. 55**, conferindo **flexibilidade** ao juiz, quando verificada a possibilidade de decisões judiciais contraditórios ou conflitantes.

56. Cassio Scarpinella chama a atenção de que **essa regra é correlata à da prevenção**, em que o objetivo também é o de evitar decisões conflitantes pelo gerenciamento de processos “*merecedores de serem tratados por um só órgão jurisdicional*”.

57. As regras expostas acima, contudo, restam inúteis caso o réu, na situação de **litigância abusiva**, seja obrigado a apresentar, em cada um dos processos, nas mais diversas comarcas, seu pedido de conexão - com o **ônus financeiro e logístico** que isso representa quando verificada a hipótese de dezenas de ações. A habilitação em cada um dos processos e a apresentação de argumentação preliminar quanto à incompetência do Juízo ou quanto a elementos que revelam a abusividade da demanda, com o acompanhamento das decisões em cada um deles, impõem ao réu custo e esforço triplicado. Para além da apresentação de defesa, é obrigado, também, a apresentar e justificar o pedido de conexão.

58. O contexto é ainda mais complexo quando os processos tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, em que está ausente a possibilidade processual de reunião das demandas. Mais uma vez, nas situações em que há a **orquestração do ataque**, o prejuízo à ampla defesa do réu é evidente, em franca violação dos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.

59. Nesse sentido, e com farta doutrina em apoio à tese, Cassio Scarpinella propugna que “o **art. 55, § 3º, do CPC merece receber interpretação conforme** para impor a **prevenção do juízo** naquelas situações em que restar configurado o chamado ‘assédio processual’”. Como a prevenção, contudo,

*pressupõe processos em curso perante diferentes órgãos jurisdicionais, **é imperioso, como destacado anteriormente, que a própria escolha do foro**, na perspectiva do art. 53, IV, a, do CPC e do art. 4º, III, da Lei n. 9.099/1995, **já leve em conta aquele contexto para permitir, de pronto, que o réu possa exercer, em plenitude, sua ampla defesa**” (grifou-se)²⁵.*

60. Neste sentido é também o parecer de Eugenio Bucci, que ressalta a necessidade de que os jornalistas sejam submetidos à Justiça com integridade e dignidade, como forma de efetivar a proteção constitucional dessa atividade:

*“Logo, o que se tem é que uma democracia só pode se orientar, em termos racionais, na direção de proteger sua imprensa, por mais defeitos que a imprensa e a própria democracia possam ter. Por certo, proteger a imprensa não significa isentá-la de responsabilidade, mas, ao contrário, significa apenas garantir que a imprensa possa existir de modo digno e, assim, tenha a integridade de responder por aquilo que só ela, imprensa, pode responder. **Portanto, a democracia protege a independência de seus jornalistas não para que eles fiquem impunes, mas para que possam ser submetidos à Justiça com integridade e dignidade**”(grifou-se)*

61. Assim, de rigor, em atenção às exigências de racionalização e gerenciamento dos processos, que seja determinada sua reunião, a teor do parágrafo §3º, do artigo 55 do CPC, e mesmo perante os Juizados Especiais Cíveis, para processamento conjunto perante o Juízo do domicílio do réu, conferindo-se aos artigos em debate a necessária interpretação conforme a Constituição Federal, para os casos em que houver elementos que indiquem a ocorrência de abuso do direito de

²⁵ Parecer, pág. 35.

petição ou assédio judicial. É o que requer a requerente, também em atenção ao artigo 69, II e §2º, VI, do CPC, que se passa a analisar.

V. 2 – A Cooperação jurisdicional no Novo Código de Processo Civil: o art. 69, II e §2º, VI.

62. Os artigos 67, 68 e 69 do Código de Processo Civil trazem importante previsão para a questão apresentada nesta ação. A cooperação nacional no âmbito do Judiciário é regra que busca imprimir fluidez, agilidade e eficácia ao intercâmbio de atos judiciais, reduzindo trâmites burocráticos com o objetivo de favorecer a prestação da atividade jurisdicional em um prazo razoável, em obediência ao que dispõe o inciso LXXVIII, do art. 5º da Constituição Federal. A valorização do diálogo, nessa perspectiva, não deve ocorrer apenas entre as partes do processo, mas também entre os órgãos da estrutura do Poder Judiciário.

63. A resolução 350 do CNJ, que estabeleceu as diretrizes para a implementação da cooperação no exercício das funções jurisdicionais e entre os órgãos do Judiciário, expressamente dispõe que constituem atos de cooperação, dentre outros, a reunião ou o apensamento de processos e a definição do juízo competente para a decisão sobre questão comum ou questões semelhantes ou de algum modo relacionadas²⁶.

64. O Código de Processo Civil, nos artigos 67 a 69, inova ao trazer para o campo prático um conjunto difuso de ideias que ultrapassa o legalismo em prol da valorização de padrões éticos e princípios de justiça. A preocupação com a eficiência e com a razoável duração do processo, preceitos constitucionais, liga-se a uma visão de que “*o direito não surge no mundo por si só, mas*

²⁶ Vf. art. 6º, IV e V, da Resolução 350 do CNJ de outubro de 2020.

*relaciona-se de forma indissociável com valores que lhe são prévios, ideais de justiça e humanidade que se colhem na consciência humana e na experiência civilizatória dos povos*²⁷. **A aderência dos dispositivos processuais acima referidos a tudo o que nesta ação é trazido é patente e oportuna, de vez que dá fundamento ao legítimo pedido de que sejam encontradas soluções para as situações de assédio a que submetidos diversos cidadãos, comunicadores e jornalistas.**

65. O ideário de **celeridade** e **cooperação recíproca**, que se extrai do princípio da unicidade de jurisdição nacional expresso nos dispositivos processuais acima referidos, viabiliza “*não apenas a flexibilização da competência jurisdicional em si mesma considerada*”, mas permite “*que atos concertados entre variados órgãos jurisdicionais possam criar situações de maior racionalidade e eficiência (...) visando à construção de indispensável equilíbrio entre as partes litigantes*”²⁸(grifou-se).

66. Destaca-se, assim, “*o papel que a devida utilização das técnicas e modalidades de cooperação jurisdicional tem a desempenhar em situações como a descrita, em que resta caracterizado o chamado assédio processual. O que se pretende, cabe o destaque, não é inibir quem quer que seja que ingresse no Poder Judiciário para tutelar direitos seus, mas viabilizar o pleno (e indispensável) exercício da ampla defesa de quem se vê vitimado por inúmeras investidas jurisdicionais que, não obstante estarem localizadas em diversos locais da vasta organização judiciária brasileira, versam, em última análise, sobre um mesmíssimo fato*”²⁹.

²⁷ Barcellos, Ana Paula de – Eficácia Jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana, Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

²⁸ Parecer, pág. 38.

²⁹ Parecer, pág. 39.

67. Nesse sentido, pretende a requerente também seja conferida interpretação conforme a Constituição ao artigo 69, II e §2º, VI, do Código de Processo Civil, para que, nas situações em que se revela o assédio judicial, por meio da cooperação judiciária, seja de pronto alterada a competência para que as ações tramitem perante o foro do domicílio do réu, de forma conjunta, possibilitando assim que o réu **possa exercer, em plenitude, sua ampla defesa.**

V. 3 – Os mecanismos já existentes de reunião de demandas repetitivas.

68. A necessidade de gerenciamento dos processos, de modo a garantir a economia processual e a ampla defesa, tem sido objeto de recente preocupação por parte dos legisladores. A racionalização e previsibilidade na identificação e na prevenção do órgão jurisdicional competente para o julgamento de ações e de processos que tratam do mesmo fato é conhecida, por exemplo, do processo coletivo.

69. O artigo 5º, §3º, da Lei 4.717/56 (Ação Popular)³⁰; o artigo 2º da Lei 7.347/85 (ação civil pública)³¹ e a recentíssima alteração recebida pelo art. 17, §5º da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade)³², **trazem alternativas encontradas pelo legislador para evitar o dano quando há a pulverização de**

³⁰ Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município. (...) § 3º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.

³¹ Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo será competência funcional para processar e julgar a causa.
Parágrafo único A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

³² Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. (...) § 5º A propositura da ação a que se refere o caput deste artigo prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

processos que tratem do mesmo conflito de interesses. Nesses casos, “*haverá prevenção do órgão jurisdicional perante o qual for distribuído o primeiro processo*”. E tal prevenção opera-se com a simples propositura da demanda, eximindo o réu do ônus de requerer e justificar, em dezenas, senão em centenas de processos, a sua reunião.

70. Veja-se que a redação dos diversos dispositivos acima mencionados, no sentido de que “*a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas*” é praticamente idêntica, e tratam da prevenção do órgão jurisdicional em razão da mera propositura da ação.

71. O caminho encontrado pelo legislador para os processos em que se vê a **pulverização de demandas idênticas** obedece aos objetivos de celeridade e de homogeneidade dos julgados. Cassio Scarpinella afirma que essa solução “*é adequada para o devido gerenciamento e a devida racionalização dos processos jurisdicionais em que, em última análise, discute-se uma mesmíssima questão, ainda que de forma plúrima. Trata-se, no sentido aqui proposto, de solução que deve conduzir à compreensão sustentada neste trabalho de extrair do sistema processual civil em vigor, técnicas similares inclusive para combater situações*”³³ como a do assédio judicial.

72. Assim, resta evidente a necessidade de se estabelecer mecanismos para a reunião de processos semelhantes ou idênticos – como ocorre nos casos de assédio judicial – de modo a se garantir a harmonia e a racionalidade do sistema, bem como em atenção à necessária economia processual.

³³ Parecer, pág. 42.

73. Logo se vê que a interpretação conforme a Constituição dos artigos **53**, IV, *a*; **55**, § 3º, **69**, II e §2º, VI, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), e do artigo **4º**, III, da Lei n. 9.099/1995, que ora se pretende, vai ao encontro da atual tendência legislativa e visa resguardar não só os direitos dos jornalistas e comunicadores eventualmente assediados, mas também o bom funcionamento do Poder Judiciário.

VI – CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR

74. A Constituição Federal prevê expressamente a competência deste Supremo Tribunal Federal para o processamento e julgamento de medidas cautelares pleiteadas em sede de ações diretas de inconstitucionalidade (art. 102, I, a). No mesmo sentido, a Lei 9.868/1999 dedica uma seção específica para o tema (v. arts. 10, 11 e 12), admitindo a concessão de medida cautelar em ações diretas de inconstitucionalidade.

75. Mais que isso: é lícito que o Ministro Relator da ADI, em casos excepcionais, conceda medida cautelar por meio de decisão monocrática, a ser posteriormente submetida ao escrutínio do Plenário. O fundamento que legitima tal atuação é o poder geral de cautela, quando presentes (i) a verossimilhança do direito alegado (*fumus boni iuris*) e (ii) a urgência da medida, em razão de dano iminente (*periculum in mora*).

76. Na presente hipótese, o *fumus boni iuris* decorre das teses jurídicas sustentadas nesta ação, que demonstram a necessidade de que seja conferida interpretação conforme a Constituição aos artigos **53**, IV, *a*; **55**, §3º, **69**, II e §2º, VI, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), e do artigo **4º**, III, da Lei n. 9.099/1995, nos termos dos incisos LIV, LV e LXXVIII, do artigo 5º da Constituição

Federal, que garantem o devido processo legal e ampla defesa com a razoável duração do processo, com o objetivo de evitar as situações de assédio judicial aqui narradas. Aos dispositivos constitucionais referidos, somam-se aqueles que dizem respeito à liberdade de expressão, de imprensa e de informação, especialmente os incisos IV, IX, XIV do artigo 5º, e o artigo 220, *caput* e §1º, 2º e 3º da Constituição Federal.

77. O *periculum in mora* também é absolutamente evidente. Como tem sido relatado pela requerente no seu *site*³⁴, há atualmente diversos comunicadores e jornalistas que são vítimas de assédio judicial no país e, assim, **têm visto negados os direitos à ampla defesa e ao devido processo legal.** A cada dia que passa, verifica-se o agravamento da situação de pessoas físicas que são atingidas com a prática que, para além do dano pessoal, impinge também severa afronta aos preceitos de **liberdade de expressão, de imprensa e de informação.**

78. Em 2020, no Brasil, ocorreram 419 ataques a jornalistas, conforme mapeamento feito pela Abraji em parceria com a rede Voces del Sur³⁵, sendo o 4º país com mais ataques na América Latina, atrás apenas do México, Venezuela e Colômbia. Segundo levantamento feito pela ONG Internacional Repórteres Sem Fronteiras, o Brasil caiu 4 posições no ranking mundial da Liberdade de Imprensa e ficou em 111º lugar, o que o faz integrar a zona vermelha – um alerta para momentos em que a situação da imprensa no país é difícil³⁶.

³⁴ <https://www.ctrlx.org.br/noticia/ctrlx-passa-a-monitorar-processos-com-caracteristicas-de-assedio-judicial> (acesso em 08.12.2021)

³⁵ Disponível em <https://abraji.org.br/noticias/novo-relatorio-indica-que-alertas-a-liberdade-de-imprensa-subiram-mais-de-200-no-brasil>

³⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/20/brasil-cai-quatro-posicoes-em-ranking-de-liberdade-de-imprensa-e-fica-em-zona-vermelha.ghtml>

79. Assim, enquanto esta ação é processada e até que seja julgada, a requerente requer seja estabelecida, liminarmente, a interpretação conforme a Constituição aos artigos **53**, IV, *a*; **55**, §3º, **69**, II e §2º, VI, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), e do artigo **4º**, III, da Lei n. 9.099/1995, estabelecendo que **o foro competente para o processamento dessas ações é aquele do domicílio do réu**, devendo, ainda, serem reunidos todos os processos para processamento e julgamento conjunto.

80. Alternativamente, requer seja determinada a suspensão dos processos repetitivos contra jornalistas e comunicadores em que for identificada a situação de assédio judicial, até final decisão da presente demanda, de modo a resguardar os direitos invocados.

VII – PEDIDO

81. Diante de todo o exposto, a requerente pede e espera que seja concedida, monocraticamente, nos termos do art. 10, §3º, da Lei n 9.868/1999, *c/c* o disposto no art. 5º, §1º, da Lei 9.882/1999, aplicável por analogia, a medida cautelar acima pleiteada, *ad referendum* do Plenário, nos termos previstos nos itens 74 a 80, acima.

82. A requerente pugna, ainda, pelo regular processamento da presente ação direta de inconstitucionalidade, com a intimação do Congresso Nacional e da Presidência da República, a citação Procurador Geral da República, e a notificação do Senhor Advogado Geral da União, protestando, desde já, pela produção de todas as provas em direito admitidas.

83. Por fim, a requerente pede seja julgada procedente a presente ação para que seja conferida interpretação conforme a Constituição ao art. 53, IV, a, do CPC; ao art. 4º, III, da Lei n. 9.099/1995; ao art. 55, §3º, do CPC e ao art. 69, II e §2º, VI, do CPC, para que nas ações que busquem a reparação de danos decorrentes do exercício da liberdade de expressão, de imprensa e de informação, em que se verifique a ocorrência de assédio judicial, seja estabelecido que o foro competente para seu processamento é aquele do domicílio do réu, devendo, ainda, serem reunidos todos os processos para processamento e julgamento conjunto.

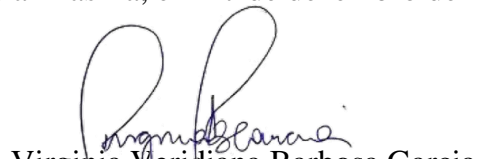
84. Em cumprimento ao disposto no art. 272, §2º, do Código de Processo Civil, a requerente informa que todas as intimações e publicações referentes a este processo deverão ser feitas, exclusivamente, sob pena de nulidade, em nome da Dra. Tais Borja Gasparian, inscrita na OAB/SP sob o n. 74.182, ou no endereço constante do timbre desta petição.

85. Atribui-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00 (Doc. nº 10 - guia e comprovante de pagamento das custas).


De São Paulo para Brasília, em 17 de dezembro de 2021.




Tais Borja Gasparian
OAB/SP 74.182



Virginia Veridiana Barbosa Garcia
OAB/SP 155.190



Mônica Filgueiras da Silva Galvão
OAB/SP 165.378



Stéphanie Guidini Lalier
OAB/SP 314.894

Rol de documentos

Doc. nº 1- atos constitutivos

Doc. nº 2 – procuração

Doc. nº 3 – Integra da Lei nº 13.105/2015

Doc. nº 4 – Íntegra da Lei nº 9.099/1995

Doc. nº 5 – parecer Eugênio Bucci

Doc. nº 6 – parecer Cassio Scarpinella Bueno

Doc. nº 7 – lista de associados

Doc. nº 8 – lista de diretores 2020/2021

Doc. nº 9 - lista de diretores 2022/2023

Doc. nº 10 – guia e comprovante de pagamento das custas